



DOSSIÊ

Tradução de Daniela Kern

Federica Timeto¹

Por uma teoria do ciberfeminismo hoje: da utopia tecnocientífica à crítica situada do ciberespaço^{2*}

For a theory of cyberfeminism today: from technoscientific utopia to the situated critique of cyberspace³

Resumo

A noção de tecnossocialidade desenvolvida no contexto dos estudos sociais de tecnologia (STS), amplamente debatida no âmbito da reflexão tecnofeminista, traz à tona a construção social de gênero e tecnologia, e a necessidade de considerar conjuntamente as tecnologias de gênero e a criação de tecnologias. Este ensaio analisa a contribuição teórica e prática do ciberfeminismo para o debate, analisando as fases utópica e crítica do ciberfeminismo, para se debruçar sobre o encontro entre o ciberfeminismo, o pensamento pós-colonial e o feminismo transcultural. Voltando à raiz política do pensamento de Donna Haraway sobre o conhecimento ciborgue e situado, o ciberfeminismo situado e transcultural recupera a dimensão encarnada das novas tecnologias e utiliza e analisa novas tecnologias de informação e comunicação considerando seus efeitos materiais e simbólicos em relação à dinâmica de produção e consumo, de colocação e mobilidade, para reivindicar uma ação feminista que brota dos contextos e histórias em que o entrelaçamento de corpos e tecnologias faz a diferença.

Palavras-chave

ICTs. Ciberfeminismo. Donna Haraway. Estudos pós-coloniais. Feminismo transcultural.

Abstract

The notion of technosociality elaborated in the sphere of Social Studies of Technology (STS), is widely debated within technofeminist thought, and brings to the fore the social construction of gender and technology, and the necessity of considering the conjunctions of technologies of gender and the engendering of technologies. This essay analyses the theoretical and practical contribution of cyberfeminism to the debate, analysing the utopian and critical phases of cyberfeminism to explore the encounter between cyberfeminism, postcolonial thought and transcultural feminism. Returning to the political roots of Donna Haraway's thought on the cyborg and her situated thoughts, a situated and transcultural cyberfeminism recuperates the dimension embodied by new technologies, and adopts and analyses new information and communication technologies through considering material and symbolic effects in relation to the dynamics of production and consumption, of collocation and mobility, to then revindicate feminist action which emerges from those contexts and stories in which the entwining of bodies and technologies creates difference.

Keywords

ICTs. Cyberfeminism. Donna Haraway. Postcolonial studies. Transcultural feminism.

1 - Accademia di Belle Arti di Palermo. Itália.

2 - Texto autorizado pela Editora da Revista Studi Culturali e pela Federica Timeto para tradução e publicação na Revista Porto Arte.

3 - Texto publicado anteriormente. Ver: Federica Timeto, Per una teoria del cyberfeminismo oggi. Dall'utopia tecnoscientifica alla critica situata del cyberspazio, in "Studi culturali, Rivista quadrimestrale" 3/2009, pp. 453-478, ANNO VI, N. 3, DICEMBRE 2009 doi: 10.1405/30484 <https://www.rivisteweb.it/doi/10.1405/30484>

*Texto publicado em 30/07/2019

*Texto entregue em 19/06/2019

INTRODUÇÃO

Neste ensaio delinheio uma história da teoria ciberfeminista, para depois me concentrar no recente encontro entre o pensamento pós-colonial e transcultural e as teorias feministas sobre as novas tecnologias.

Superada a visão pessimista que atentava para as conotações essencialmente patriarcais da ciência, nos anos oitenta se passa gradualmente da questão da mulher na ciência à questão da ciência no feminismo, segundo uma conhecida afirmação de Sandra Harding. Graças à perspectiva oferecida pelos *social studies of technology (STS)*, emergem os paralelismos entre a construção social das novas tecnologias e a construção do gênero. Se o gênero é uma tecnologia, é, no entanto, verdade que as tecnologias são *engendered*. As tecnologias de informação e comunicação são produzidas, veiculadas, consumidas dentro de uma rede complexa de relações histórico-sociais, no interior das quais influenciam seja as relações de gênero, seja as condições simbólicas e materiais de existência dos sujeitos femininos, em uma espécie de recíproco e contínuo *feedback* (HAYLES, 1999).

É com o ciberfeminismo que, a partir do começo dos anos noventa, o corpus de reflexões feministas sobre novas tecnologias encontra uma formulação política. A ênfase posta no potencial libertador das novas tecnologias para a identidade e a *agency* do sujeito feminista, das teorias de Sadie Plant e Sherry Turkle, à “linha direta para a matriz” do grupo australiano VNS Matrix, aparece no entanto animada por um ingênuo essencialismo, que desemboca com frequência no determinismo tecnológico, terminando por deixar de lado a dimensão histórica e material do *wetware* para celebrar a liberdade sem limites do ciberespaço (WAJCMAN, 2004). Mesmo a natureza conjuntamente epistemológica, ética e política (BRAIDOTTI, 1995) de uma figuração como o ciborgue teorizada por Donna Haraway perde progressivamente a sua força crítica para se tornar símbolo de uma genérica utopia pós-política, e logo pós-feminista.

Recentemente, depois de uma fase de autocrítica e de se colocar em questão a própria definição de ciberfeminismo, uma perspectiva mais articulada da relação entre o feminismo e as novas tecnologias resulta do encontro entre o ciberfeminismo e o pensamento pós-colonial e transcultural (GAJJALA, 1999; FERNANDEZ, 1999; KAPLAN, 2002; SANDOVAL, 2000).

Sob esta ótica, a análise do *digital divide*, antes limitada ao estudo dos usos e dos efeitos das novas tecnologias em relação à diferença sexual ou de gênero, foi duplamente ampliada, incluindo, de um lado, a consideração de outras diferenças, em particular étnicas, geográficas, econômicas, de outro a questão da produção próxima àquela do consumo. Em geral, isto significou uma maior atenção para a dimensão “encarnada” das novas tecnologias, e para o enredo de efeitos materiais e simbólicos que disso deriva. Recuperando a politicidade do pensamento de Donna Haraway sobre os saberes situados, tornou-se central o debate sobre mobilidade e colocação, fluxos imateriais e fluxos migratórios em relação às tecnologias de informação e comunicação como a web ou os sistemas de visualização por satélite. A perspectiva histórica, situada e transcultural assumida pelo ciberfeminismo hoje move uma crítica política ao formalismo, ao determinismo e ao fetichismo de certas teorias sobre as novas tecnologias, para reivindicar um agir feminista que salte dos contextos e das histórias em que o enredo de corpos e tecnologias faz diferença.

GÊNERO E TECNOLOGIA

Inicialmente, o feminismo analisa as relações entre gênero e tecnologia pondo em primeiro plano a questão do acesso (WAJCMAN, 2004). A reivindicação de uma representação feminina igualitária no campo da tecnociência, no contexto educativo e naquele laboral, origina-se da dupla tendência – que começa a surgir nos anos setenta, e que prossegue no decênio seguinte sustentada pelo feminismo liberal – de recuperar, por um lado, a história das mulheres que contribuíram para o “progresso” dos campos tradicionalmente considerados de domínio masculino, e de analisar, por outro, as desigualdades de poder entre homens e mulheres na esfera pública.

Uma tal abordagem, no entanto, deixa inexplorados os termos do confronto, permanecendo indiferente às relações entre tecnologia e gênero, de uma parte, e tecnologia e sociedade, de outra: as causas da desigualdade são atribuídas a uma relação de privilégio ou de subordinação com o poder, considerado em cada caso como um objetivo a se conseguir. Na ausência de uma contextualização do discurso sobre tecnologia, gênero e sociedade, não são minimamente colocadas em discussão aquelas formações sociais e institucionais que, justamente, garantem a aquisição e a manutenção do próprio poder.

As relações de poder radicadas nas formações sociais e de gênero estão, no entanto, no centro da abordagem que estuda o gênero *na* e *da* tecnologia, mais do que apenas a relação entre gênero e tecnologia⁴. Não obstante um

4- Uma análise semelhante, mas com alguma diferença nas análises das diferentes posições, encontra-se em Demaria (2008).

5- A ideia de que a tecnologia seja um conjunto de objetos ou instrumentos (*tools*), funcionais para determinados usos e logo substancialmente manipuláveis, irá pertencer em seguida seja aos que sustentam a neutralidade da tecnologia, inclusive as formulações mais radicais do construcionismo, seja aos que [defendem] sua intrínseca politicidade (Langdon Winner em primeiro lugar): uma visão fundada na convicção de uma separabilidade de tecnologia e sociedade refutada por sua vez pelas considerações da tecnologia como sistema tecno-social integrado (TERRY e CALVERT, 1997).

essencialismo residual de fundo, evidente por exemplo na crítica ao caráter patriarcal da ciência militar e médica movida seja pelo ecofeminismo, seja pelo feminismo radical, é no interior desse âmbito que se desenvolve uma análise da questão da ciência no feminismo (FOX KELLER, 1985; HARDING, 1986), que consente em passar de um discurso sobre usos da tecnologia a um sobre políticas da tecnologia (WAJCMAN, 2004, p. 22). A tecnologia não é neutra, e sobretudo não se compõe simplesmente de um conjunto de objetos e instrumentos, como subentende a primeira abordagem do feminismo à questão⁵, mas se constitui socialmente e trata da formação de relações de poder em diversos níveis.

O feminismo socialista, em particular, sublinha como as dinâmicas da produção dependem fortemente das relações de gênero, e não apenas de classe (e de muitas outras ainda, como se verá em seguida), implicando uma crítica da ideia de que os artefatos tecnológicos contêm já em si os seus usos e as suas intenções. No entanto, uma tal análise, que mesmo que não considere os êxitos do desenvolvimento tecnológico como inelutáveis ou predeterminados, constata um monopólio da tecnologia ainda em grande parte masculino, uma separação das esferas do privado e do público como consequência da divisão sexual do trabalho, e uma exclusão social das mulheres com frequência causada mesmo por aquelas tecnologias que prendem as mulheres ao papel que lhes foi designado pela cultura patriarcal. O pessimismo que disso deriva, ainda que reste um “útil antídoto à celebração acrítica” (ibidem), não deixa margem de manobra para o agir político do sujeito feminista, limitando-se, em substância, à fase analítica.

O impulso para uma ampliação do debate vem ao feminismo dos *social studies of technology (STS)*, nos quais estão inclusos também a *actor-network theory (ANT)*, de Bruno Latour (que junto à matriz socialista, será fundamental para a teoria do ciborgue de Donna Haraway), e o construcionismo, nas suas formulações mais ou menos radicais. Mais do que falar em tecnologia e sociedade, os STS falam de uma tecnossocialidade que compreende uma rede de formações materiais e semióticas e diversas negociações da tecnologia, considerada antes como um conjunto de processos do que apenas de objetos. Semelhante abordagem exclui cada rígida concessão essencialista, esvaziando de sentido também a separação entre produção e consumo das tecnologias sobre a qual ainda se apoiavam as posições precedentes.

Como escrevem Jennifer Terry e Melodie Calvert na introdução a *Processed Lives* (1997), confluem nesse âmbito duas concepções afins da tecnologia. A primeira vê a tecnologia como *interface*, “ou como a modalidade através da qual máquinas e mecanismos particulares executam a tarefa de configurar, influenciar, mediar e encarnar relações sociais”⁶ (TERRY e CALVERT, 1997, p. 4). Isso permite colocar o acento sobre condições históricas da produção e do consumo das tecnologias, e sobre dinâmicas de negociação, também alternativas e de resistência,

8- A tradução de passagens tiradas de textos sem edição italiana está sempre a cargo da autora [N.d.A.].

que as acompanham. A segunda pressupõe um *modelo feedback* da tecnologia, em função do qual é deixada de lado a divisão entre homens e máquinas como entidades separadas, e se fala antes de sistemas integrados, redes heterogêneas e interrelacionais complexas (TERRANOVA, 1996). A atenção ao caráter generativo das tecnologias destaca a afinidade entre tecnologias como sistemas de produção e reprodução e a consideração do próprio gênero como tecnologia que funciona através de hierarquias de poder, oferecendo diversas margens de manobra ao sujeito político feminista (FAULKNER, 2001).

AS TECNOLOGIAS DO GÊNERO

O uso prevalente da palavra “gênero” no lugar do conceito de “diferença sexual” no interior do debate sobre a tecnociência corresponde a uma difusa tendência do paradigma construcionista que considera o “gênero” como mais afim às questões da performatividade e da processualidade que dizem respeito ao sujeito do conhecimento. De outra parte, como justamente destaca Rosi Braidotti (2002), a insistência no uso do termo parece ser em muitos casos o fruto de um exorcismo terminológico, seja nos confrontos do componente mais político do pensamento da diferença, seja nos confrontos da dimensão “material” e encarnada da experiência feminista, a respeito da qual “gênero” parece um vocábulo mais “acurado”, e logo mais científico⁷. Como se verá, no entanto, uma rota de fuga para o impasse linguístico e epistemológico gerado por essa distinção é oferecida pela teoria harawaiana do ciborgue e dos saberes situados, que coloca o acento na materialidade do sujeito feminista, assim criando para ele uma dimensão problemática, estratificada, coletiva e de fato nada estática (BRAIDOTTI, 2002).

Falando em tecnologia de gênero, é oportuno fazer referência às teorias de Teresa de Lauretis e de Judith Butler. A teoria de Teresa de Lauretis (1987) baseia-se na ideia de que o gênero é uma representação, mas também uma autorrepresentação, ou mesmo a suposição de um sistema preciso de significados que, propriamente, “realiza” o gênero. O gênero, que a teórica feminista define como “a configuração variável de posicionamentos sexuais-discursivos” (de LAURETIS, 1987, p. 139), é seja um produto de várias tecnologias sociais, seja um processo de produção da diferença através da representação. O sujeito *in-generado* vive em contínua interação com as tecnologias de gênero que o constituem como tal; isso, segundo de Lauretis, torna a distinção entre sexo e gênero útil apenas em um contexto puramente teórico, pois que a representação do gênero tem, em termos concretos, uma séria de efeitos sobre a “vida material, social e psíquica dos indivíduos” (de LAURETIS, 1999, p. 98-99).

7- Em deferência ao estereótipo que vê o sujeito feminino-feminista e a ciência como antitéticos – mas veja-se a reflexão da *Standpoint Epistemology* sobre isso, em Harding (2004)

A análise de Butler, afim em muitos pontos àquela de Lauretis, centra-se principalmente na questão da performatividade: o gênero é o estilo do corpo, um conjunto de atos repetidos no tempo e no espaço que se naturaliza mesmo através da repetição. Sob a escolta de Michel Foucault, Butler lê o poder como um exercício de funções ao mesmo tempo proibitivas e produtivas, e assim também o gênero, que adquire sentido exclusivamente no seu fazer-se, ao qual não preexiste. De fato, o gênero *não exprime* nada em sentido estrito, uma vez que nada precede a sua performance. Se de Lauretis entrevê possibilidade de resistência na desidentificação e naquilo que define, com uma metáfora cinematográfica, como o “fora de cena” da representação, Butler retém que a subversão deva ter lugar dentro da própria lei, através de um reemprego ou de uma reapropriação do poder – entendido não como um ato da vontade, mas antes como um conjunto de relações –, por exemplo, através das identificações múltiplas ou da prática paródica, que problematizam ou interrompem o repetir-se da significação do gênero. Isto, no entanto, permite que uma abordagem de tipo construcionista como aquele de Butler desenvolva uma teoria do agir político imanente às suas próprias práticas.

“Os corpos como objetos de conhecimento são nós generativos material-semióticos. As suas margens se materializam na interação social entre humanos e não humanos, incluso máquinas e outros instrumentos que mediam as trocas com interfaces cruciais” (HARAWAY, 1992, p. 14). Atenta às derivas relativistas assim como àquelas universalistas, e para esconjurар seja o erro naturalista, seja a utopia do transumano, Haraway propõe uma subjetividade feminista, da qual o ciborgue é a figuração mais destacada (HARAWAY, 1991a), que se dá como uma tecnologia complexa, materialmente encarnada, mas dotada de um forte componente simbólico, cuja formação é interna ao sistema tecnológico do qual constitui a crítica mais radical.

Se o “sistema informático polimorfo” funciona com base em uma série de relações que regulam os âmbitos da produção e da reprodução, entre os quais é urgente analisar as consequências sobre as experiências e sobre o imaginário dos sujeitos envolvidos, também as subjetividades alternativas e as formas de resistência ao sistema são repensadas em termos de fluxos e fronteiras. Os ciborgues, de fato, são criaturas da fronteira que, atravessando diversas categorias, fogem das identificações taxonômicas. Mas aquilo que está ressaltado, e que mais será desconsiderado nas sucessivas retomadas da teoria de Haraway, é que os ciborgues assumem a responsabilidade das fronteiras que atravessam e encarnam, elaborando uma política da sua articulação, para parafrasear uma expressão de Chela Sandoval (2000); isto é possível a partir do momento em que a “informática do domínio” funciona através de um interceptar de forças cujas conexões nunca são completas e totais, mas podem ser interrompidas em vários níveis (TERRANOVA, 1996; MUNSTER, 2006)⁸.

8- Ver também o artigo de Rosi Braidotti, *Between the No Longer and the Not Yet: Nomadic Variations of the Body*, de 2002, disponível em <http://orlando.women.it/cyberarchive/files/braidotti.htm> (setembro 2009).

Dando-se como figurações de instabilidade (BARAD, 2007)⁹ e subjetividade, os ciborgues têm precisamente a capacidade de criar e reformular constantemente conexões, pondo-se no limite entre o orgânico e o maquínico, o humano e o animal, o físico e o imaterial. Para Haraway, a tecnologia do sujeito feminista não identifica posições estáveis ou identidades plenas, mas articula comportamentos, responsabilidades e modos de ver situados, historicamente contingentes, cuja característica é aquela de serem constituídos por uma diferença irreduzível, articulada *no interior* e através dos corpos dos sujeitos ciborgues, de modo parcial e relacional (em linha com a crítica da subjetividade liberal ainda inerente a certas teorias do pós-humano, como evidencia Hayles, 1999).

9- Percebe agudamente Karen Barad (2007, p. 41) como a instabilidade do ciborgue harawaiano induz a repensar não apenas a separação entre natureza e cultura, mas também aquela entre ontologia e epistemologia.

TECNOFEMINISMO E CIBERCULTURA

Discutindo a contribuição da pesquisa feminista ao social *shaping of technology studies* (SST), Robin Williams e David Edge (1996) sublinham como o feminismo ampliou o espectro dos atores e dos influxos levados em consideração pela teoria construcionista, e começou uma discussão sobre a *diferença* epistemológica, fornecendo instrumentos úteis para analisar as complexas interrelações entre as conotações de gênero das tecnologias e aquelas sociais (WILLIAMS e EDGE, 1996, p. 880). Se, como foi dito, este debate traz em primeiro plano a construção da subjetividade feminista como categoria epistemológica e política e se relaciona aos debates sobre sexo e gênero internos à teoria feminista, de outra parte isso desmascara a natureza de gênero – mas também geográfica, racial, ou mesmo social no sentido mais complexo – da tecnologia. A reflexão socio-técnica de Wendy Faulkner resume muito claramente os termos do debate: aquilo que principalmente irmana gênero e tecnologia é o fato de que “tanto o gênero como a tecnologia sejam construídos e potencialmente reconstruídos” (FAULKNER, 2001, p. 80) e que ambos tenham um caráter “performativo e processual, e não dado de uma vez por todas e imodificável” (FAULKNER, 2001, p. 82). Visto que a tecnologia e o gênero se coimplicam em um plano seja material, seja simbólico, e a partir do momento em que é impossível considerar um sem chamar em causa contemporaneamente também o outro, “não se podem transformar as relações de gênero sem lidar com a tecnologia» (FAULKNER, 2001, p. 90). Disso segue que cada discurso sobre as tecnologias que não leve em consideração o gênero, junto a outros componentes sociais, como por exemplo a classe, a etnia, a proveniência geográfica, resulta, no mínimo, incompleto. Para Faulkner, o caráter social das tecnologias se liga a diversas variáveis, entre as quais a divisão sexual do trabalho, as configurações materiais dos artefatos tecnológicos, os significados simbólicos e

culturais a eles ligados, ou um particular conjunto de práticas e saberes.

Em termos gerais, no que diz respeito às conotações de gênero, Faulkner distingue entre as encarnações do gênero na tecnologia, e as associações de gênero da tecnologia, ou mesmo entre os casos em que as relações de gênero são construídas ou amparadas pelos artefatos tecnológicos – um exemplo evidente são os aparatos médicos que monitoram e regulam o ciclo da reprodução –, e os casos em que a ligação entre gênero e tecnologia deriva sobretudo das associações simbólicas das quais as tecnologias se encarregam em todos os níveis da cadeia de produção e consumo. Obviamente, a distinção não é simples assim, dado que os componentes materiais e simbólicos se mesclam continuamente, atravessando uns aos outros, como evidencia todo o pensamento de Haraway¹⁰. Por esse motivo, por exemplo, Williams e Edge definem como “realismo modificado” aquela abordagem pragmática que contempla o caráter dual, material e simbólico das tecnologias, não desconhecendo os efeitos “reais” sobre a experiência. “A definição da tecnologia”, escrevem, “deve ela mesma incorporar as modalidades sociais entre as quais emerge e se encarna” (WILLIAMS e EDGE, 1996, p. 875).

A conclusões análogas chega o tecnofeminismo de Judy Wajcman, que deve muito ao pensamento de Haraway, ainda que nem sempre aprecie por completo sua complexidade. Wajcman retém de fato que a “solução ciborgue” de Haraway seja em definitivo mais eficaz como figuração do que no plano de uma prática política emancipatória, diferentemente do tecnofeminismo proposto por ela, mais estritamente radicado na abordagem materialista dos STS (WAJCMAN, 2004). “Para ir além”, escreve Wajcman,

o tecnofeminismo deve criar uma ponte entre as metáforas e a realidade material. A tecnologia deve ser entendida como uma parte do tecido social que mantém unida a sociedade. Ou seja, a tecnologia é sempre um produto sócio-material – uma rede contínua ou network – no qual se combinam artefatos, pessoas, organizações, saberes e significados culturais (WAJCMAN, 2004, p. 106).

A UTOPIA CIBERFEMINISTA

O ciberfeminismo, que do modo mais amplo possível podemos provisoriamente definir como o conjunto das reflexões e das práticas ligadas à complexa interrelação entre corpos e tecnologias, experiências e imaginários da tecnociência,

10- Recentemente, Cristina Demaria (2008, 30), referindo-se a um ensaio de Amelia Manuti, evidenciou como essa distinção revela-se pouco pertinente se se adota uma ótica semiótica e culturalolológica também em relação ao relacionamento entre gênero e linguagem.

delineia a sua política da cibercultura situando-se bem no contexto dessa reflexão.

Se a cibercultura, e em geral a cultura, não é apenas uma questão de conhecimentos aos quais se deve acessar, ser introduzidos e coisas assim – todos temas frequentes nos debates sobre *gender divide*, por exemplo, mas que em si não exaurem os termos do problema –, mas também de factualidade, o acesso diz respeito não apenas à esfera do consumo, mas também àquela da produção e da participação, e assim às relações sociais em sentido lato (DEMARIA, 2008, p. 41).

Discordando de Wajcman, parece que a prática do tecnofeminismo deva reconhecer como no feminismo ciborgue de Donna Haraway os componentes epistemológicos, éticos e políticos (BRAIDOTTI, 1995) estão eficazmente conjugados para elaborar tanto uma *visão diferente* das tecnologias quanto uma visão das diferenças nas tecnologias, e assim dali deva partir outra vez (o tecnofeminismo, contudo, não é a superação do feminismo ciborgue, como parece lendo Wajcman, mas antes seu aprofundamento). A teoria de Haraway, de fato, delineia uma cartografia da situação sócio-política atual, mas ao mesmo tempo oferece uma oportunidade de redefinir a subjetividade feminista como consciência crítica e prática alternativa das tecnologias no interior da tecnociência.

Inicialmente, o ciberfeminismo absorverá a lição de Haraway a ponto de amortecer os assuntos mais políticos; será o encontro com o pensamento pós-colonial e transcultural, como veremos, que fará reemergir a raiz política, como abordagem situada na tecnociência em seu duplo componente teórico-prático.

A origem do termo “ciberfeminismo” data do começo dos anos noventa e é atribuída alternativamente às artistas australianas do grupo VNS Matrix¹¹, que em 1991 publicam o primeiro manifesto ciberfeminista, e à uma série de escritos teóricos de Sadie Plant, que mais ou menos nesse mesmo período começa a usar esse vocábulo para indicar a aliança entre mulheres, máquinas e novas tecnologias. A institucionalização do ciberfeminismo pode ser rastreada na conferência *Seduced and Abandoned: the Body in the Virtual World*, que ocorreu em Londres, junto ao *Institute of Contemporary Art*, em 1994; a sua consagração como fenômeno principalmente estético no seu duplo componente teórico e prático se deve, por sua vez, aos três meeting organizados entre o final dos anos noventa e o início dos anos dois mil pelo grupo *Old Boys Network (OBN)*¹². Anda que não esconda a sua derivação do feminismo ciborgue de Haraway, o primeiro ciberfeminismo contribui ao mau entendimento, quando não à deturpação desta herança, a partir do momento em que privilegia quase exclusivamente a teoria sobre a configuração híbrida da identidade, deixando de lado o componente político e situado.

Por outro lado, dois textos que saem quase contemporaneamente nesse período, centrados ambos na performance da identidade de gênero no ciberespaço, alimentam esta tendência: *La vita sullo schermo* [A vida na tela] (1995), de Sherry Turkle e *Desiderio e Tecnologia* [Desejo e Tecnologia] (1995), de

11- Do grupo fazem parte Josephine Starrs, Julianne Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barratt.

12- Coletivo feminista de origem alemã cujo núcleo inicial é constituído por Cornelia Sollfrank, Susanne Ackers, Helene von Oldenburg, Claudia Reiche, Verena Kuni, Yvonne Volkart e Faith Wilding

Allucquère Rosanne Stone. O livro de Sherry Turkle adotará uma linguagem pós-moderna para analisar a experiência dos MUD (*Multiple User Domain*), ambientes virtuais multi-usuário, que funcionam como um palco cênico onde se experimenta aquilo que, parafraseando Emily Martin, Turkle define como um “exercício de flexibilidade”:

Defendi como as experiências da Internet ajudaram a desenvolver modelos de bem-estar psicológico significativamente pós-modernos: eles reconhecem a flexibilidade e a multiplicidade; reconhecem a natureza construída da realidade, do eu e do outro (...). Somos encorajados a pensar em nós mesmos como seres fluídos, emergentes, descentrados, múltiplos, flexíveis e em contínuo devir (TURKLE, 1995, p. 317-318).

Turkle retoma de Haraway a ideia de uma identidade parcial e fragmentada, mais predisposta ao confronto e ao reconhecimento da diversidade, detendo-se, no entanto, apenas no aspecto, por assim dizer, psicológico da questão; deixa de lado ao invés disso o convite decisivamente mais político da admisão responsável da própria colocação que vem de Haraway. Turkle, além disso, analisa a diferença entre homem e máquina, espaço virtual e espaço real, mas não a diferença que existe entre as diversas realidades – e por conseguinte entre as diversas experiências – do virtual.

Mais atenta à multiplicidade tecnossocial, a análise de Stone – aluna de Haraway em Santa Cruz no período imediatamente precedente à publicação do *Manifesto Ciborgue* – no livro citado, e já antes no conhecido artigo *A proposito del corpo reale* [A propósito do corpo real] (1991), mostra como o ciberespaço encorpa a dimensão presente, “produzindo um espaço profundo e estruturado” (STONE, 1991, p. 113), ao invés de se opor a ele¹³. Stone mantém que o espaço virtual assinala o fim da metafísica da presença que atribuía uma subjetividade agente a um único corpo. O destaque da *agency* da presença, a que era naturalmente atribuída, e a existência de mais identidades atribuíveis a uma única pessoa (e vice-versa), fazem sim com que existam corpos, como os corpos ciborgues, não mais colocáveis em um *socius* que compreende apenas sujeitos “tutores”, isto é, legíveis através de práticas de discursividade materializada e tecnologias da colocação. A relação entre os corpos e as subjetividades agentes é discursiva, mais do que natural, e em tal sentido tecnologicamente mediada. Estas conclusões, todavia, rebate Stone, não devem induzir-nos a esquecer o corpo, porque este “velho truque cartesiano (...) tem consequências

13- Na verdade, também Turkle fala de um retorno mais adequado à realidade que segue a viagem no ciberespaço, mas na sua análise permanece uma dicotomia entre dimensão real e virtual que, por sua vez, a análise tecnossocial de Stone problematiza de modo notável.

desagradáveis sobre outros corpos que sejam colocados a calar nossa decisão de prescindir do próprio corpo; isto é, aqueles cujos esforços se fundam no ato de esquecer o corpo – com frequência as mulheres e as minorias” (STONE, 1991, p. 114-115).

As posições de Sadie Plant e de VNS Matrix são sob certos aspectos afins: tanto a teórica como o grupo australiano creem que a aliança entre mulheres e máquinas irá desembocar em uma ciberrevolução, e são animados por um quase entusiasmo incondicional nos confrontos do ciberespaço, no qual veem um território potencialmente livre da penetração masculina. A garantir a “linha direta para a Matriz” está o clitóris; a Matriz é um grande útero virtual do qual tudo pode se originar, mas que em si não sanciona nenhum ato originário. A linguagem fortemente sexuada, visceral, quando não declaradamente “vaginal”, remete àquela usada pelas artistas feministas do final dos anos sessenta (pense-se na *vaginal iconology* e em fenômenos como a *cunt art*). A isso, no entanto, somam-se as metáforas do contágio viral e da replicação próprias do funcionamento molecular dos *network* de informação e comunicação (ainda mais evidentes no segundo manifesto do grupo, 1996). A ideia de uma feminilidade “morfológicamente dúbia” (BRAIDOTTI, 1996, p. 25), que se subtrai à fixidez do olhar falocêntrico, ecoa a filosofia de Luce Irigaray e todo o debate feminista sobre a abjeção e o monstruoso (DOUGLAS, 1966; KRISTEVA, 1980; BRAIDOTTI, 1996), e remete também ao corpo sem órgãos de Deleuze e Guattari (aos quais Plant faz referência pelo desenvolvimento rizomático das redes informáticas). O tom assertivo, ao mesmo tempo alegre e jocoso, que conota de modo positivo essas referências, é animado por um apelo tipicamente feminista à *jouissance*, alinhado com a abordagem tecnofílica e tecnoutópica seja da teórica, seja das artistas.

No manifesto de 1991, cujo texto está inserido em uma esfera convexa de cor rosa, contornada por inequívocos símbolos vaginais, as VNS Matrix se apresentam como “mercenárias do lodo”, boceta-replicantes (*replicunts*) que “infiltram, irrompem, disseminam e corrompem” a lógica patriarcal, sabotando a ordem simbólica do interior (às metáforas masculinas da penetração assumem aquelas, mais “femininas”, da infiltração)¹⁴. Na paródia dos jogos “vai e mata” que é All New Gen (1994), as VNS Matrix criam as DNA *sluts*, superheroínas sexualmente híbridas, dotadas de armas laser que disparam diretamente dos genitais, cujo objetivo é sabotar o banco de dados do *Big Daddy Mainframe* e do filho *Circuit Boy*, reprogramando assim o código patriarcal através da difusão do vírus da desordem mundial. “Me chupa o código”, escreveram as VNS Matrix no manifesto de 1996¹⁵.

Se é indubitável, como nota Janni Steffensen¹⁶, que as VNS Matrix elaboram uma “erótica feminilizada e feminista da produção e da política tecno-cultural”, reconhecer que a tecnologia é sexuada, e que o ciberespaço é uma

14- *Cyberfeminist Manifesto for the 21st Century*, disponível em: http://www.obn.org/reading_room/manifestos/html/cyberfeminist.html (setembro 2009).

15- *Bitch Mutant Manifesto*, disponível em http://www.obn.org/reading_room/manifestos/html/bitch.html (setembro 2009).

16- Em *Slimy Metaphors for Technology: the Clitoris is a Direct Line to the Matrix* del 1998, disponível em: <http://ensemble.va.com.au/array/steff.html> (setembro 2009).

dimensão nada imaterial ou transcendental, não é, contudo, suficiente para transformar as relações profundas que regulam os diferentes modos de relacionamento entre mulheres e máquinas. Como irá admitir Julianne Pierce, depois da dissolução do grupo em 1998, “a primeira versão do ciberfeminismo foi um *flame*, um momento, um *spam* que se tornou moda. Um impulso transformado em bens” (PIERCE, 1998, p. 10), no entanto necessária para lançar as bases de um novo imaginário.

Partindo da analogia entre o tear Jacquard, que funciona através de uma série de cartões perfurados, e as reflexões sobre a programabilidade da máquina analítica desenvolvida por Ada Lovelace (que na metade do oitocentos elaborou a primeira hipótese de *software*), e reelaborando as observações de Freud sobre a invenção feminina da urdidura, Sadie Plant lê as redes informáticas como a versão digital dessa prática tradicionalmente feminina. A adaptabilidade e a flexibilidade requeridas pela revolução do final do século vinte parece encontrar as mulheres mais preparadas do que os homens, desorientados pela perda do controle. A rede, que reassume na melhor hipótese as características não lineares dos sistemas contemporâneos distribuídos, prospecta novas modalidades operacionais (PLANT, 1997, p. 50), dismantando a economia da ordem patriarcal (PLANT, 1996, p. 267). As mulheres, tratadas como instrumentos de produção e reprodução, objetos de troca e consumo, adquirem uma nova força no contexto reticular das novas tecnologias, como mercadorias que aprendem a circular sozinhas (PLANT, 1997, p. 108), ou meios de comunicação que começam a comunicar entre si (PLANT, 1996, p. 123).

A lógica binária zero/um que dominou qualquer classificação moderna, em particular a distinção entre o homem (*man*) e a mulher (*woman*) e o homem e seus instrumentos, parece aparecer menos nas tecnologias informáticas, onde o zero não se dá mais como a ausência, o vazio, mas como, precisamente, a matriz que revela o seu funcionamento dentro da tela da representação.

As redes neuronais funcionam por conexões, flutuações e transições não lineares, a-hierárquicas e descentralizadas, em analogia com o comportamento da histórica, cuja produção de associações encontra-se *fora de controle* (PLANT, 1996, p.174 e p. 270). Elas delineiam um ambiente – e aqui Plant faz sua a lição de Marshall McLuhan –, no qual a prevalência do tato sobre a visão reporta à sensorialidade típica da urdidura. Os corpos não são organismos fechados e autônomos, nem resíduos obsoletos destinados a desaparecer, mas corpos permeáveis que se fundem com o ambiente.

Como Turkle e Stone, também Plant é fascinada pela experimentação identitária e pela lógica do mascaramento que caracteriza os ambientes virtuais, ainda que para ela o tornar-se mulher seja deleuzianamente estranho às lógicas identitárias de todo tipo, e diga respeito antes à própria processualidade das

redes. Certamente a ideia dos corpos como liminares e parciais, situados na interseção das fronteiras diversas, deriva de Haraway. Mas aquilo que falta em Plant é o componente mais crítico da teoria do ciborgue. De fato, mesmo o único parágrafo que em *Zeros and Ones* diz respeito aos “estrangeiros virtuais” que formam a força de trabalho transnacional, limita-se a constatar o número de mulheres presentes na indústria das novas tecnologias, sem distinguir entre os diversos papéis, nem sempre libertadores, que as mulheres assumem em relação à Máquina, e sobretudo sem deles inferir qualquer consequência política. Segundo Susanna Paasonen (2000) Plant fala da ciberrevolução como se se tratasse de um processo automático de liberação das mulheres, pelo próprio fato de ocorrer através do ciberespaço, mostrando às vezes um determinismo que parece antes prever uma evolução natural do fenômeno do que uma intervenção ativa das mulheres na mudança. Também Caroline Bassett (1999) critica em Plant a sua desconexão do mundo real. À fase da descrição ou da celebração em que se encerra Plant, diz Bassett, deve seguir uma crítica seja das posições utópicas, seja daquelas distópicas sobre novas tecnologias. Antes de pensar nas conexões essenciais entre gênero e tecnologia, seria então necessário pensar no modo como estes são reciprocamente performados e hibridizados (*queered*).

Nas análises de Plant, como naquele ciberfeminismo que não radica o discurso sobre as tecnologias nas suas práticas, sempre espacialmente e temporalmente contextualizadas, se observa um sentido de inevitabilidade para o qual o passado mítico é projetado no futuro, em detrimento do presente histórico. Nat Muller, referindo-se à *Standpoint Epistemology*, compara a posição de Sadie Plant e aquela de Anne Balsamo, autora de *Technologies of the Gendered Body* (1995), colocando em confronto as afirmações de ambas em duas entrevistas conduzidas por ela mesma¹⁷: é evidente como o componente tecnocrítico falta no discurso de Plant, que usa a tecnologia como paradigma universalmente válido sem nunca contextualizá-la.

17- Muller, N. (s.d) *Interview with Anne Balsamo*, disponível em: <http://users.skynet.be/nattyweb/INTANNE.htm> (setembro-2009) e Muller, N. (s.d.) *Interview with Sadie Plant*, disponível em: <http://users.skynet.be/nattyweb/plant.htm> (setembro 2009).

Se uma mulher coloca materiais em rede não faz necessariamente uma ação feminista. Se acadêmicos proclamam de sua torre de marfim que as relações femininas desempenham um papel importante nas tecnologias de informação, isso não comporta automaticamente uma melhoria da condição das mulheres, que trabalham nas indústrias de microcomponentes eletrônicos, que fazem *data entry* ou que são artistas multimídia (MULLER, 1999, p. 76).

Muller faz, por outro lado, apelo a um maior envolvimento nos processos de produção das tecnologias, mas sobretudo de seu consumo crítico. Eis porque, ao invés de simplesmente deter-se, como Plant, a observar a quantidade de mulheres que hoje trabalham com o computador, sem considerar o seu poder de ação, pareceria mais oportuno perguntar-se, com Anne Balsamo, como, para quem e de que modo as mesmas tecnologias podem revelar-se seja instrumentos de emancipação, seja de subordinação.

A CRÍTICA CIBERFEMINISTA

A redefinição do ciberfeminismo como crítica das tecnologias nesses termos, ao invés de como celebração de sua ligação essencial com a feminilidade, inicia pelo processo de autocrítica que o ciberfeminismo realiza no final dos anos noventa, coincidindo com o seu reconhecimento no interior do âmbito artístico e acadêmico. Essa parábola se compreende muito bem se se revisa os documentos produzidos durante os três *meeting* ciberfeministas, organizados pelo OBN, depois recolhidos em três *reader* hoje disponíveis no site do grupo.

First Cyberfeminist International, o primeiro *meeting* ciberfeminista institucional, teve lugar no Hybrid Workspace no interior da X Documenta de Kassel (1997). No editorial do *reader*, Cornelia Sollfrank (1998, p. 1), membro fundador do OBN, e já conhecida pela operação de *hactivismo Female Extension (1997)*¹⁸, precisa as questões que levaram a organizar esse primeiro encontro: compreender o significado do conceito de ciberfeminismo, sem necessariamente atribuir-lhe uma definição unívoca, e decifrar a natureza da mudança trazida ao feminismo pelo encontro com a cibercultura. Compreender, sobretudo, de que modo o ciberfeminismo pode tirar vantagem do encontro com as novas tecnologias para repensar a distribuição dos poderes e a criação de subjetividades diferentes.

Ainda se já, através dos textos coletados no primeiro *reader*, seja evidente, além das questões puramente linguísticas, acenos a uma tomada de posição política (SOLLFRANK,1998; PIERCE,1998), uma preocupação maior com política se encontra no segundo *meeting*. Em Kassel, por outro lado, foram elaboradas pelo OBN as 100 *Anti-Theses* sobre ciberfeminismo¹⁹ que, para além do aspecto dadaístico da operação, mostram como, no fundo, além da pesquisa da definição para um movimento cujas margens são ainda confusas e cujos sujeitos permanecem extremamente heterogêneos, o escopo é sobretudo o de esclarecer os âmbitos de pertença e de manobra.

Next Cyberfeminist International (ROTTERDAM, 1999) propõe-se

18- Em fevereiro de 1997 a Kunsthalle de Hamburgo, em colaboração com Philips e Spiegel Online, lança o primeiro concurso mundial de Net Art, intitulado *Extension*. A intervenção de Cornelia Sollfrank, que no meio tempo participa regularmente com um projeto em seu nome, consiste em inscrever no concurso cerca de duzentas artistas fictícias, fazendo assim crescer a participação feminina na iniciativa. Suas obras são geradas aleatoriamente, através do Net Art Generator, que se baseia em materiais já disponíveis em rede.

19- OBN (1997) 100 *Anti-Theses*, disponível em: http://www.obn.org/inhalt_index.html (setembro 2009).

indagar as estratégias do “novo ciberfeminismo”, e é organizado em concomitância com o festival de *tactical media Next Five Minutes* de Amsterdam. Em relação à precedente, esse encontro não é mais aberto a qualquer um que queira apresentar a própria ideia de ciberfeminismo, mas se centra sobre quatro temas bem precisos, identificados pelas organizadoras: a história do ciberfeminismo e as diversas posições teóricas em seu interior, a prática *hacker*, o tema do corpo e a reconsideração do gênero em relação às novas tecnologias, e enfim o ativismo ciberfeminista e a crítica ao regime pancapitalista (esta última seção, segundo as organizadoras, é a mais sacrificada por falta de tempo, mas permanece um importante guia para reflexões futuras).

Quais são as diferenças entre uma simples tecnocrítica de gênero e uma crítica ciberfeminista? Entre as estratégias para um novo ciberfeminismo está a maior atenção ao peso que as diferenças de classe e raciais jogam na hierarquia das posições ocupadas pelas mulheres na esfera das tecnologias de informação e comunicação, e a vontade de ligar a dimensão local e corpórea à disseminação global do meio eletrônico. Escreve a esse propósito Irina Aristarkhova:

O ciberfeminismo fornece uma grande oportunidade tecnológica para articular as problemáticas do feminismo como aquelas das minorias, especialmente se estamos cientes da necessidade de praticar a diferença, confrontar-se e escutar os outros, e não apenas celebrar a perfeita homogeneidade da nossa comunidade em rede (e aqui podemos aprender com a experiência do feminismo pós-colonial) (ARISTARKHOVA, 1999, p. 21).

Neste contexto se colocam também as críticas de Muller e Bassett ao ciberfeminismo de Sadie Plant, sobre o qual se falou. Mas indicam uma abordagem diversa sobretudo a presença do texto de Ursula Biemann *Performing the Border* (1999), que acompanha o vídeo-ensaio homônimo, um documento sobre as trabalhadoras das *maquiladoras* de Ciudad Juarez, e do texto de Maria Fernandez e Faith Wilding intitulado *Feminism, Difference and Global Capital* (1999). As duas, juntamente com Coco Fusco e Irina Aristarkhova, serão de fato, em 2002, as promotoras do *mailing list* ciberfeminista *Undercurrents*, e estarão entre as animadoras do coletivo artístico subRosa, nascido em 1999 e hoje um dos grupos mais ativos sobre temas das biotecnologias e das tecnologias de informação e comunicação sob uma ótica pós-colonial. Em 1999 sai também, no “Art Journal”, o ensaio de Maria Fernandez *Postcolonial Media Theory*, que ainda hoje constitui uma das reflexões mais fundamentadas sobre possíveis ligações entre a teoria



20- Renate Klein (1999) centra a sua análise nas metáforas desen-carnadas usadas para descrever a experiência do espaço virtual. No entanto, a sua crítica é acompanhada por um grande má compreensão da teoria de Haraway. De fato, a parcialidade e a contraditoriedade do ciborgue pressupõem em Haraway uma tomada de posição ética e política, e de modo algum "glamour", e isso certamente não se presta ao tecnopoder patriarcal, como Klein por sua vez subentende, concentrando-se nas derivas da moda da reconfiguração tecnológica do corpo feminino. Também o medo de Hawthorne (1999b), que lê na equação ciborgue-mulher o espectro da falta essencial do feminino, apoiada em uma ideia de parcialidade "literal" muito distinta daquela de Haraway, para quem a parcialidade é antes uma figuração da inapropriedade do ciborgue, não assimilável a qualquer lógica identitária. Analogamente, o modo como Hawthorne discute o influenciar-se recíproco do real e do virtual pressupõe, na base, um binarismo muito distante da coimplicação de natureza-cultura da qual nasce o ciborgue harawaiano.

21- Organizado por Cornelia Sollfrank, Verena Kuni, Claudia Reiche e Helene von Oldenburg depois da dissolução do núcleo do OBN.

dos media eletrônicos e os estudos pós-coloniais em âmbito estético. Contemporaneamente, Susan Hatworne e Renate Klein (1999) colocam as ciberfeministas em guarda contra a celebração de uma conectividade típica, que oculta uma desconexão da dimensão local, geográfica e histórica (HAWTHORNE, 1999a, p. 124-125) e esconde novas práticas de homogeneização cultural e colonização dos sujeitos minoritários e marginais²⁰.

No terceiro e conclusivo *meeting* ciberfeminista²¹, que teve lugar em Hamburgo em dezembro de 2001, e conta com mais de 60 participantes, o objetivo declarado, deixada de lado definitivamente a busca por uma etiqueta comum para o movimento, é o de fornecer um mapa de todos aqueles âmbitos nos quais o ciberfeminismo contribuiu para transformar a prática cultural. De fato, como nota Sollfrank, se "o ciberfeminismo não existe em si" (SOLLFRANK, 2002, p. 112), significa que é necessário olhar para suas práticas mais do que para a sua essência. Já no *meeting* precedente, Muller (1999) havia evidenciado o risco de transformar o ciberfeminismo em uma moda, da mesma maneira um significante transparente utilizável indiferentemente, sem nenhuma atenção às suas práticas. A atitude desta vez é decididamente retrospectiva, e às vezes, sobretudo na última seção, desconstrutiva, mas é aqui que toma forma a hipótese de um ciberfeminismo transcultural que trabalha sobre o atravessamento dos limites – incluso os próprios –, mais do que sobre o seu delineamento.

RUMO A UM CIBERFEMINISMO SITUADO E TRANSCULTURAL

O último *reader*, *Very Cyberfeminist International*, está dividido em quatro seções: a primeira hospeda contribuições de vários *network* e grupos ciberfeministas, a segunda indaga as representações da fronteira nos seus significados mais amplos, literais ou não, a terceira dá voz à atividade de *network* feministas internacionais como RAWA (*The Revolutionary Association of Women of Afghanistan*) no âmbito do clima pós-11 de setembro, e a última hospeda uma revisão das posições críticas no interior do grupo promotor. "Por que não pensar em uma perspectiva mais política e sociotecnológica integrada na teoria e nos projetos ciberfeministas, com um pouco de ajuda das teorias sobre a modernidade e sobre a globalização e do pós-colonialismo?" escrevem os membros do *TechnoTricksterTank* (BATH et al., 2002, p. 64). E continuam invocando um "exercício multifacial de cartografia", como proposto por Chela Sandoval, "que combine estratégias e experiências dos movimentos políticos precedentes com a subversão da nova ordem mundial dos sonhos e dos incubos da tecnociência" (ibidem). Deixada de lado a atitude utópica, este ciberfeminismo "leva a sério a

tecnociência", uma vez que, como escreve também Susanna Paasonen (2002), a sua crítica trabalha propriamente sobre e nas "zonas cinzas" da tecnologia.

Este ponto não é subvalorizado, porque mostra o caráter que podemos antes definir como "tecno-tópico", e radicalmente harawaiano, da crítica ciberfeminista mais recente (TIMETO, 2008b). Trata-se, obviamente, de um apelo à colocação e à corporeidade como dimensões problemáticas, opacas e estratificadas, como já destacado por Sandy Stone a propósito da localização do sujeito no espaço técnico-social. A referência é aos saberes situados: colocação significa, de um lado, necessidade de trabalhar criticamente no interior da tecnociência (HARAWAY, 1988; WAJACMAN, 2004), de outro vontade de prestar contas do próprio posicionamento em vista da pressuposição de uma responsabilidade política, bem como epistemológica, aquela que Haraway define como "a situação dos situados"²² (HARAWAY, 2000, p. 71). Assim entendido, o ciberfeminismo mostra mais de uma afinidade com aquele feminismo transcultural que, tomando para si a lição da política da colocação de Adrienne Rich (1986), atravessa a crítica da ciência elaborada pela Standpoint Epistemology (HARDING, 2004) e o pensamento nômade de filósofos como Braidotti (2006), para aportar no feminismo transnacional de autoras como Inderpal Grewal e Caren Kaplan (1994).

Em uma ótima transnacional, o feminismo situado se amplia prestando atenção às manifestações múltiplas do posicionamento (*hooks*, em GREWAL e KAPLAN, 1994, p. 19), ou às assincronias e às disjunções que – tanto mais quando se fala de novas tecnologias – intervêm para complicar e estratificar a noção de conectividade. Uma política da colocação entendida em sentido transnacional torna-se uma prática de "afiliação" (SAID, em KAPLAN, 1994, p. 139) que "identifica as bases das diferenças e das similaridades historicamente específicas entre mulheres em relações diversas e assimétricas, criando histórias, identidades e possíveis alianças alternativas" (ibidem). Refutando uma versão exclusivamente estética do pós-moderno, e referindo-se antes a uma pós-modernidade entendida como a consequência de expressões historicamente e geograficamente não-homogêneas da modernidade, o feminismo transnacional e transcultural privilegia um trabalho comparativo em que seja possível colocar em confronto formas múltiplas de opressão; não serve de fato recorrer a qualquer categoria unificante para articular "as relações de gênero em relação às hegemonias dispersas das estruturas econômicas globais, dos nacionalismos patriarcais, das formas 'autênticas' de tradição, das estruturas de poder locais e da opressão legislativa em diversos níveis" (GREWAL e KAPLAN, 1994, p. 26).

Também as redes informáticas, assim como os outros fluxos do panorama global contemporâneo, trazem em primeiro plano a interdependência das diversas colocações femininas, eventualmente indicando novas estratégias colaborativas através da criação de redes transnacionais: não apenas as novas

22- Tradução, a cargo da autora deste ensaio, da expressão "the situatedness of situated". Assinala-se a existência de uma edição italiana da entrevista, que precede em um ano aquela em língua inglesa: Goodeve (1999) [N.d.A.].



23- Veja-se a esse propósito a interessante análise do filme *Babel* de Alejandro Gonzales Iñárritu na introdução ao reader *Transnational Feminism in Film and Media* (Marciniak et al. 2007).

24- Wilding, F. (1997) *Where is Feminism in Cyberfeminism?*, disponível em: http://www.obn.org/cfundef/faith_def.html (setembro 2009).

tecnologias influem sobre a vida de todas as categorias de mulheres, daquelas que trabalham na academia, na indústria médico-científica, passando pelas mulheres que trabalham no setor terciário, até as operárias que trabalham nas fábricas de componentes microeletrônicos, mas é um dado factual que as domésticas, as baby-sitter, as operárias ou as mulheres que desenvolvem o trabalho de data entry são hoje figuras fundamentais na vida das mulheres dos países mais ricos²³. Sob esta luz se compreende, então, a revisitação ciber do conhecido slogan feminista “o pessoal é político” proposta por Faith Wilding, que escreve: “O computador pessoal é o computador político”²⁴. Identificar as similaridades e as diferenças entre as diversas experiências ligadas às novas tecnologias a partir da consciência da própria colocação permite não apenas estabelecer novas alianças, mas sobretudo analisar essas assimetrias (KAPLAN, 1994, p.138; FERNANDEZ e WILDING, 1999).

Retomando Althusser, Joseba Gabilondo (1995) relê a teoria do ciborgue em chave pós-colonial e propõe uma teoria dos “aparatos ideológicos globais” que interpelam os indivíduos através de processos *interfaciais*; estes identificam diversas posições subjetivas negociadas com base em diferenças de gênero, étnicas, etc. Apenas uma *abordagem interfacial* às produções culturais globais, como o ciberespaço e a cultura de consumo, permite compreender como a condição global não existe enquanto tal, mas sempre como parte de uma interface local (GABILONDO, 1995, p. 431), em contato com a qual se materializam, enraízam e com frequência fragmentam as práticas e os discursos sobre as novas tecnologias (KAPLAN, 2002). Se, então, a parcialidade da subjetividade ciborgue é a sua possibilidade de conexão, é, por outro lado, verdadeiro que a conexão é feita principalmente de parcialidade (HARAWAY, 1991b; SANDOVAL, 1995). Eis então porque a desconstrução do ciberespaço de um ciberfeminismo que se quer transnacional e transcultural inicia pela desconstrução da dicotomia colocação/mobilidade: os “relatos de viagem” das novas tecnologias são problematizados através de relatos historicamente encarnados que iluminam os enraizamentos da mobilidade, inclusive o sofrimento e o trabalho material (*travail*) que se ocultam do interior da noção de viagem (*travel*) (KAPLAN, 2002, p. 33): “uma noção de viagem como campo extenso em sentido transnacional” que “produz sujeitos diversamente ligados” (KAPLAN, 2002, p. 40) para os quais a colocação, assim como a mobilidade, assumem significados a cada vez diversos.

Nesse contexto, se complica também o discurso sobre fronteiras²⁵, tema central do pensamento pós-colonial, mas sempre também no centro da reflexão feminista primeiro e ciberfeminista depois. Temos visto como o ciborgue, na formulação de Haraway (1991a), é uma criatura de fronteira, que se desmonta e remonta no limite entre humano e animal, humano e maquínico, físico e não físico. A corporalidade do sujeito feminino-feminista, mesmo porque radicada

25- As diversas modalidades de border crossing são bem evidenciadas no site disponível entre os recursos on-line do Department of Communication Studies, College of Liberal Arts and Sciences, Iowa University: <http://www.uiowa.edu/~commstud/resources/>

em contextos geopolíticos diferentes, pertence a colocações múltiplas e mutáveis (BRAIDOTTI, 2003). É impossível pensar a colocação e o pertencimento sem considerar ao mesmo tempo a mobilidade e o deslocamento. Como explica muito claramente Trinh T. Min-ha falando propriamente das fronteiras do ciberespaço²⁶ a questão do hibridismo diz respeito à capacidade de individuar as fronteiras, mais do que à sua dissolução. O sujeito em devir deve poder nominar as fronteiras que dizem respeito a ele, sempre específicas, mas mutáveis: aquilo que conta é saber como movê-las ou ir além delas assim que se tornarem fechadas (*ending lines*).

Entre as teóricas do feminismo pós-colonial, é Sandoval (1995) a referir-se mais explicitamente ao feminismo ciborgue, do qual radicaliza o assunto mais político, além do mais já pontuado pela própria Haraway: ciborgue não são apenas os corpos híbridos que emergem com o advento das novas tecnologias, como por exemplo aqueles dos trabalhadores do *Silicon Valley* talvez despedidos em massa para reestruturação corporativa, mas também os corpos dos sujeitos subalternos que desenvolveram habilidade ciborgue para sobreviver a séculos de colonização e exploração²⁷. O ciborgue, então, se entendido em abstrato, é uma metáfora mistificante, e em definitivo leva adiante a ideia modernista do eu deslocado pela experiência da viagem informática (SANDOVAL, 1995, p. 249). Ao invés disso, se entendemos o ciborgue como uma forma específica de “consciência operacional” ou, nas palavras de Sandoval, “diferencial”, que emerge em relação a diversas formas de domínio, o reconhecer nele as diversas modalidades permite delinear novas formas de aliança entre realidades também muito diversas entre si. O ciberespaço, mais do que ser o reino de uma conectividade constante e total, que, em última análise, engolfa a possibilidade de ação efetiva em um “outro lugar vivível” (HARAWAY, 1992, p. 325), é um espaço cujas fronteiras são constantemente realinhadas segundo uma reorganização transversal de forças, em que “saltos transnacionais, transculturais, transgênero e transexuais necessários [à] prática oposicional podem ter início” (SANDOVAL, 2000, p. 63).

Em 2002 o coletivo ciberfeminista subRosa publica uma antologia que retoma a atividade e as reflexões desenvolvidas por seus membros – entre os quais Faith Wilding, artista feminista ativa desde os anos sessenta – nos anos precedentes, e que reflete uma consciência e uma práxis já transnacional. Em particular, discutindo a questão crucial da relação entre ciberfeminismo e feminismo em um ensaio significativamente intitulado *Situating Cyberfeminisms*, Faith Wilding e Maria Fernandez (FERNANDEZ e WILDING, 2002), depois de terem feito um balanço do estado do ciberfeminismo²⁸, lamentam um substancial desinteresse pelas questões nodais do pensamento pós-colonial (TOLA, 2008). Cada uma das duas autoras havia destacado, já anos atrás, como a conexão do ciberespaço era antes aquela com as instituições e os sistemas de poder do mundo (WILDING e *Critical Art Ensemble*, 1997), e como então era urgente reconciliar a teoria das

26- Minh-ha T.T. e Gržinić, M. (1998) *Inappropriate/d Artificiality*, disponível em: <http://arch.ced.berkeley.edu/people/faculty/bourdier/trinh/TTMHInterviews002.htm> (setembro 2009).bordercrossings/ (setembro 2009).

27- A esse propósito é interessante uma leitura do recente debate (julho 2009) hospedado na *mailing list* Yasmin em torno do tema *ethnic cyborg*, começado por ocasião da edição daquele ano do Amber Festival de Istambul, no qual, apesar das premissas, é possível notar a tendência, se não de se esquivar, pelo menos de circunscrever a interpretação pós-colonial do ciborgue em favor de uma leitura mais genericamente pós-humana e tecnofílica. O debate está disponível em: http://estia.media.uoa.gr/pipermail/yasmin_discussions/ (setembro 2009).bordercrossings/ (setembro 2009).

28- As duas autoras individualam na história do ciberfeminismo uma parábola muito similar àquela do feminismo *Second Wave*: a propensão inicial ao separatismo – a criação de *mailing-list*, *network* e *chat women-only* – e o essencialismo estratégico, útil para contrastar o domínio masculino do ciberespaço, são acompanhados por uma atitude “inclusiva” escassamente atenta às diferenças entre as diversas experiências das mulheres, inclusive àquelas que impedem seu acesso às novas tecnologias.

mídias eletrônicas e o pensamento pós-colonial em uma perspectiva mais global, no interior da qual se pudesse utilizar “para fins comuns» temas como identidade, o corpo, a história, o feminismo e a ação política” (FERNANDEZ, 1999, p.143).

Uma leitura puramente tecnológica das capacidades da tecnologia inevitavelmente neutraliza ou torna invisíveis as condições e as práticas materiais, as ligações locais [place-boundedness] e os densos espaços sociais no interior dos quais e através dos quais essas tecnologias funcionam,

escreve a socióloga feminista Saskia Sassen (2002, p. 366). Considerado o enraizamento (*embeddedness*) das novas mídias no interior de uma rede de relações sociais, econômicas e culturais pancapitalistas, a crítica ciberfeminista e a descoberta de novas estratégias de resistência deveriam dizer respeito antes à distribuição diversa dos poderes e dos recursos vinculados à produção, circulação e consumo das tecnologias de informação e comunicação e das biotecnologias. A isso se acrescenta a importância de considerar os efeitos específicos seja materiais, seja simbólicos (em seu vínculo inseparável) que eles têm sobre corpos das mulheres diversamente colocados por pertencimento geográfico, étnico, religioso e de classe: da síndrome da fadiga crônica nas operárias de fábrica que vivem nas zonas de livre troca às expectativas geradas por uma ecografia ou por um ciclo de fecundação assistida nas mulheres brancas da média burguesia dos países ocidentais.

O ciberfeminismo situado e transcultural se distancia seja das utopias, seja das distopias que, como se viu, caracterizaram o debate do feminismo sobre a tecnociência. De uma parte, critica-se a mística ciberlibertária e a sua linguagem tecnológica/teleológica, que coincide com frequência com o triunfalismo neoliberal: ela esconde (mas com mais frequência exhibe) um substancial tecnodeterminismo que olha a tecnologia como tendo um desenvolvimento autônomo e automaticamente libertador, independentemente das condições e dos contextos de produção e consumo. Mas a ser problematizada está também a visão catastrófica ou distópica, que é arriscada e com frequência nostálgica, para a qual a compressão espaço-temporal “causada” pela difusão das novas tecnologias em escala mundial determinaria o fim dos lugares físicos e da interação face a face. Uma ideia que parece ainda mais ingênua à luz da reflexão sobre a dimensão tecnossocial, ou natural-cultural, elaborada pelo tecnofeminismo.

Um amplo debate sobre o ciberfeminismo assim compreendido se desenvolve através da *mailing list Undercurrents*²⁹, na qual encontram espaço

29- Nascida em fevereiro de 2002, a *mailing list* ainda está aberta, mas não mais ativa. As primeiras moderadoras foram Coco Fusco, Faith Wilding, Irina Aristahrkova e Maria Fernandez.bordercrossings/ (setembro 2009).

as reflexões sobre interrelações entre feminismo e novas tecnologias em uma dimensão transnacional. Como se lê na declaração que apresenta escopos e temas do fórum³⁰, o nome *Undercurrents* indica “as correntes sob a superfície, as opiniões escondidas ou contrárias àquelas publicamente mostradas, a comunicação eletrônica com outros locais, as perguntas ainda em suspenso sobre a política racial da cultura de Rede, das novas mídias e do ciberfeminismo”. O acento é colocado de imediato sobre a pluralidade das culturas, dos lugares e das vozes da Rede, com uma particular atenção voltada às dinâmicas de gênero e às suas inter-relações com as diferenças sociais, étnicas, geográficas e econômicas. O ponto de partida é a adoção de uma perspectiva situada e encarnada, em aberta oposição à tecnofilia incondicional de quem crê que a tecnologia seja um equalizador social em si. Os participantes de *Undercurrents* acreditam, ao invés disso, que as realidades materiais são apenas reconfiguradas na dimensão virtual, mas nunca de fato transcendidas ou superadas. A desigualdade não se limita à questão do *digital divide*, mesmo porque o alargamento do acesso não implica automaticamente um maior equilíbrio (GAJJALA, 1999; DEMARIA, 2008, p. 41):

O nosso mundo continua a ser polarizado pelas divisões raciais, e as pessoas não brancas são aquelas mais sujeitas a exploração como ratos de laboratório pelas biotecnologias, como mão de obra a baixo custo e como escravas sexuais. O conteúdo visual da cultura eletrônica é modelado pelas relações de poder racializadas do mundo físico – relações que no território fantasmático do ciberespaço são reconfiguradas, mas não transcendidas. (ARISTAHKOVA et al. 2002).³¹

Assim, os estereótipos que são repropostos na Internet são a manifestação de um “turismo identitário” (NAKAMURA, 2002) dominado por dinâmicas com frequência colonialistas que guiam as escolhas dos sujeitos em direção a categorias precisas e formas de alteridade e alterificação, impedindo a possibilidade da miscigenação nos ambientes virtuais. A questão racial se reduz unicamente ao fator somático, o hibridismo à recombinação genética, sem considerar a experiência vivida, os fatores históricos e psicológicos e a especificidade cultural das experiências “outras”. Não se trata simplesmente de complicar as diferenças de gênero acrescentando-lhes a análise de outras formas de diferença, mas antes de considerar o grau de liberdade individual que intervém nas escolhas que presidem as formações identitárias em relação à produção e ao consumo das novas tecnologias. A estratégia – com frequência implícita e então mais eficazmente

30- Aristahrkova, I., Fernandez, M., Fusco, C. e Wilding, F. (2002) *You are Invited to Join Under-currents*. disponível em: <http://listserv.aoir.org/pipermail/air-l-aoir.org/2002-February/001342.html> (setembro 2009).

31- De Aristahrkova et al. (2002). disponível no site indicado na nota 25.

“normalizadora” – de muitas ciberteorias, ao invés disso, incluindo uma certa ala do ciberfeminismo, é o universalismo branco, sustentam as moderadoras de *Undercurrents*, a tática é a retórica espacial.

Frente ao uso prevalentemente metafórico da terminologia vinculada à mobilidade da identidade em Rede, as participantes da *Undercurrents* propõem-se, por um lado, a recuperar a raiz social e histórica de termos como desterritorialização, hibridismo e nomadismo, dando espaço àquelas vozes consideradas minoritárias e por isso mesmo com frequência deslegitimadas em suas reivindicações; por outro, desconstruir as noções históricas falsamente lineares que, descuidando completamente as diferenças históricas, insistem no pós- como movimento retórico para situar o colonialismo em um passado já superado. O método invocado pelas ciberfeministas de *Undercurrents* è voluntariamente *low-tech*, em oposição ao fetichismo do novo que circunda o mundo das tecnologias da informação e comunicação, e parte de um processo declaradamente autoetnográfico, mais atento aos conteúdos e aos contextos em que as novas tecnologias são socialmente negociadas do que a seus códigos e formas.

“É necessário uma abordagem mais crítica”, sustentam as moderadoras da lista,

Para analisar o modo como a cultura e a arte dos novos media mascaram os interesses da indústria fazendo com que os percursos da tecnociência pareçam desejáveis, empoderadores, irrefutáveis e necessários (...). Queremos promover uma discussão sobre o impacto real da desterritorialização da vida contemporânea para não perder de vista quem é por ela mais condicionado, e como esses efeitos reverberam na sociedade em que vivemos. (...) a autoetnografia, seja essa apresentada em forma de crônica ou expressa em uma telepresença politicamente impregnada, opõe pontos de vista necessários para contrabalançar as prestações de contas problemáticas sobre o “hibridismo” e sobre a “desencarnação”. (ARISTHRKOVA et al., 2002)³².

32- De Aristahrkova et al. (2002), disponível no site indicado na nota 25.

O ciberfeminismo transcultural considera os efeitos que as novas tecnologias têm sobre a experiência e sobre o imaginário das mulheres e dos sujeitos subalternos, e o modo como esses limitam ou transformam os seus posicionamentos múltiplos, considerados sempre na sua especificidade, mas também na sua interdependência. O ciberfeminismo transcultural, em última análise, promove uma crítica situada no interior da tecnociência, da qual adotará formas

e meios, para elaborar estratégias de resistência e de colaboração úteis para subverter as finalidades dos fluxos do sistema. O seu objetivo é elaborar esteticamente, epistemologicamente e politicamente uma política de articulação das fronteiras em sentido *harawaiano* e pós-colonial, mantendo aberto o discurso sobre as diferenças e sobre a parcialidade no interior de um cenário que, como aquele das novas tecnologias de informação e comunicação e das biotecnologias, opera, ao invés disso, na direção de um congelamento dos fluxos e de uma homogeneização universalizante.

CONCLUSÃO

Na parte introdutória deste ensaio, resumi o debate sobre relações entre gênero e tecnologia, colocando em destaque as diversas posições do feminismo nos confrontos da tecnologia também em relação com as diversas concessões de tecnologia que emergiram. A definição de tecnosociabilidade oferecida pelos STS e retomada pelo tecnofeminismo permitiu destacar as afinidades e as complicações entre gênero e tecnologia, entendidos como um conjunto de práticas e processos de tipo seja material, seja simbólico, superando o essencialismo biológico assim como o determinismo tecnológico ainda presente em algumas das posições precedentes. Em seguida, analisei a teoria e a prática do ciberfeminismo nos seus componentes utópico e crítico, sem, no entanto, querer oferecer uma periodização rígida de um fenômeno assim variado em seu interior e dificilmente definível, como demonstram as experiências dos encontros “institucionais” das artistas e teóricas ciberfeministas, sobre os quais propus reflexões e contradições.

Dediquei a segunda parte do ensaio à análise das posições ciberfeministas que emergem do encontro entre a matriz mais política do feminismo ciborgue, os saberes situados, o pensamento pós-colonial e o feminismo transcultural. Neste âmbito, evidenciei a importância dos conceitos como aqueles de fronteira e hibridismo, colocação e mobilidade também para uma crítica feminista da tecnociência. O posicionar-se das novas tecnologias de informação e comunicação no interior de um “sistema informático polimorfo” que funciona reticularmente, impõe “pensar a forma de resistência interna ao sistema tecnológico”, segundo as palavras de Haraway. O fim dos binarismos como aquele entre natureza e cultura, sociedade e tecnologia, mas também primeiro e terceiro mundo, não comporta um cancelamento das fronteiras, mas um apelo à responsabilidade para saber individualá-los e articulá-los, mesmo os ultrapassando.

Partir da parcialidade da própria colocação, ou da heterogeneidade dos posicionamentos, comporta indubitavelmente uma radical mutação seja no

plano epistemológico, seja no figural, distante do pensamento universalista; mas a necessidade de empregar o imaginário das diferenças para uma prática política baseada na recusa das teorias homogeneizadoras e das figuras universalmente válidas, inclusive certas formulações do ciborgue, distancia-se também do relativismo, para o qual a multiplicidade é fragmentação e heterogeneidade absoluta. Repensar a conectividade através da parcialidade, então, significa usar as redes e os fluxos da tecnociência para começar uma prática interpretativa e transformadora que opere através das fronteiras das diversas situações geopolíticas, onde continuamente e diversamente se entrelaçam os fluxos imateriais das redes globais e os movimentos materiais e imaginários dos corpos que através desses fluxos negociam o sentido de sua colocação.

REFERÊNCIAS

- ARISTARKHOVA, I. *Hosting the Other. Cyberfeminist Strategies for Net Communities*, in OBN e Sollfrank .1999.
- BALSAMO, A.M. *Technologies of the Gendered Body*, Durham NC, Duke University Press.1995.
- BARAD, K. *Meeting the Universe Halfway. Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*, Durham NC, Duke University Press. 2007.
- BASSETT, C. *A Manifesto against Manifestos*, in OBN e Sollfrank,1999.
- BATH, C., PETER, U., DRUDE, C., WEBER, J. e GÖSSNER, A., *TechnoTricksterTank™4Today*, in Oldenburg e Reiche. 2002.
- BIEMANN, U. *Performing the Border* (1999), trad. it. in Timeto (2008a).
- BRAIDOTTI, R. *Introduzione. La molteplicità. Un'etica per la nostra epoca, oppure meglio cyborg che dea* (1995) in Haraway (1991a).
- BRAIDOTTI, R. *Madri, mostri e macchine*, Roma, Manifestolibri.1996
- BRAIDOTTI, R. *La differenza che abbiamo attraversato*, in Id., *Nuovi soggetti nomadi*, Roma, Luca Sossella. 2002.
- BRAIDOTTI, R. *Becoming Woman: or Sexual Difference Revisited*, in "Theory, Culture & Society", 20 (3), 2003, pp. 43-64.
- BRAIDOTTI, R. *Trasposizioni. Sull'etica nômade* (2006), trad. it. Roma, Luca Sossella, 2008.
- DE LAURETIS, T. *La tecnologia del genere* (1987), trad. it. in Id., *Sui Generis. Scritti di teoria femminista*, Milano, Feltrinelli, 1996.
- DE LAURETIS, T. *La nemesi di Freud*, in Id., *Soggetti eccentrici*, Milano, Feltrinelli. 1999.

- DEMARIA, C. *Il dibattito sul genere e le nuove tecnologie: rapporti, usi e rappresentazioni*, in Demaria e Violi. 2008.
- DEMARIA, C. e VIOLI, P. *Tecnologie di genere. Teorie, usi e pratiche di donne nella rete*, Bologna, Bononia University Press. 2008.
- DOUGLAS, M. *Purezza e pericolo. Un'analisi dei concetti di contaminazione e tabu* (1966), trad. it. Bologna, Il Mulino, 1975.
- FAULKNER, W. *The Technology Question in Feminism. A View from Feminist Technology Studies*, in "Women's Studies International forum", 24 (1), 2001, pp. 79-95.
- FERNANDEZ, M. *Teoria postcoloniale dei media* (1999), trad. it. in Timeto (2008a).
- FERNANDEZ, M., e WILDING, F. *Feminism, Difference, and Global Capital*, in OBN e Sollfrank (1999).
- FERNANDEZ, M. e WILDING, F. *Situating Cyberfeminisms*, in M. Fernandez, *Domain Errors! Cyberfeminist Practices*, New York, Autonomedia. 2002.
- FOX KELLER, E. *Sul genere e la scienza* (1985), trad. it. Milano, Garzanti, 1987.
- GABILONDO, J. *Postcolonial Cyborgs. Subjectivity in the Age of Cybernetic Reproduction*, in Hables Gray et al. (1995).
- GAJJALA, R. *Third World' Perspectives on Cyberfeminism*, in "Development in Practice", 9 (5), 1999, pp. 616-619.
- GOODEVE, T.N. *Come una foglia. Thyrsa Nichols Goodeve intervista Donna J. Haraway*, Milano, La Tartaruga. 1999.
- GREWAL, I. e KAPLAN, C. *Scattered Hegemonies: Postmodernity and Transnational Feminist Practices*, Minneapolis, University of Minnesota Press. 1994.
- HABLES GRAY, C., FIGUEROA-SARRIERA, H. e MENTOR, S. *The Cyborg Handbook*, Londra-New york, Routledge. 1995.
- HARAWAY, D. *Saperi situati: la questione della scienza nel femminismo e il privilegio di una prospettiva parziale*, (1988) trad. it. in Haraway (1991a).
- HARAWAY, D. *Manifesto Cyborg*, (1991a), trad. it. Milano, Feltrinelli, 1995.
- HARAWAY, D. *The Actors are Cyborg, Nature is Coyote, and the Geography is Elsewhere: Postscript to "Cyborgs at Large"*, in C. Penley e A. Ross (a cura di), *Technoculture*, Minneapolis, University of Minnesota Press. 1991b
- HARAWAY, D. *The Promises of Monsters. A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others*, in L. Grossberg, C. Nelson e P.A. Treichler (a cura di), *Cultural Studies*, Londra- New york, Routledge. 1992.
- HARAWAY, D. *How Like a Leaf. An Interview with Thyrsa Nichols Goodeve*, Londra-New york, Routledge. 2000.
- HARDING, S.G. *The Science Question in Feminism*, Ithaca, Cornell University Press. 1986.
- HARDING, S.G. *The Feminist Standpoint Theory Reader. Intellectual & Political Controversies*, Londra-New york, Routledge. 2004.
- HAWTHORNE, S. e KLEIN, R. *Cyberfeminism: Connectivity, Critique and Creativity*, North Melbourne, Spinifex Press. 1999.
- HAWTHORNE, S. *Connectivity. Cultural Practices of the Powerful or Subversion from the Margin?*, in Hawthorne e Klein (1999a).
- HAWTHORNE, S. *Cyborgs, Virtual Bodies and Organic Bodies: Theoretical Feminist Responses*, in Hawthorne e Klein (1999b).
- HAYLES, N.K. *How We Became Posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics*, Chicago, University of Chicago Press. 1999.
- KAPLAN, C. *The Politics of Location as Transnational Feminist Critical Practice*, in Grewal e Kaplan (1994).
- KAPLAN, C. *Transporting the Subject: Technologies of Mobility and Location in an Era of Globalization*, in "PMLA", 117 (1), 2002, pp. 32-42.
- KLEIN, R. *The Politics of Cyberfeminism: If I'm a Cyborg rather than a Goddess will Patriarchy go away*, in Hawthorne e Klein. 1999.
- KRISTEVA, J. *Poteri dell'errore. Saggio sull'abiezione*, (1980), trad. it. Milano, Spirali, 1981.
- MARCINIAK, K., IMRE, A. e O'HEALY, Á. *Introduction: Mapping Transnational Feminist Studies*, in Id. (a cura di), *Transnational Feminism in Film and Media*, New york, Palgrave MacMillian. 2007.
- MULLER, N. *Suggestions for Good Cyberferm (House)Keeping: or How to Party with the Hyperlink*, in OBN e Sollfrank. 1999.
- MUNSTER, A. *Materializing New Media. Embodiment in Information Aesthetics*, Lebanon, NH, Dartmouth College Press, University Press of New England. 2006.



- NAKAMURA, L. *Cybertypes: Race, Ethnicity, and Identity on the Internet*, Londra-New york, Routledge. 2002.
- OBN e Sollfrank, C. *First Cyberfeminist International*, Amburgo, OBN. 1998.
- OBN e Sollfrank, C. *Next Cyberfeminist International*, Amburgo, OBN. 1999.
- OLDENBURG, H. e REICHE, C. *Very Cyberfeminist International*, Berlino, B-books. 2002.
- PAASONEN, S. *Utopias with a Difference, paper letto in occasione del Cyberfeminist Strategies Workshop, Crossroads in Cultural Studies Conference*, Birmingham. 2000.
- PAASONEN, S. *Cyberfeminism and the Question of Freedom*, in Oldenburg e Reiche. 2002.
- PIERCE, J. *Info Heavy Cyber Babe*, in OBN e Sollfrank, 1998.
- PLANT, S. *On The Matrix. Cyberfeminist Simulations* (1996) in G. Kirkup, L. Janes, K. Woodward e f. Hovenden *The Gendered Cyborg. A Reader*, Londra-New york, Routledge, 2000.
- PLANT, S. *Zeros and Ones: Digital Women and the New Technoculture*, Londra, fourth Estate. 1997.
- RICH, A. *Blood, Bread, and Poetry: Selected Prose, 1979-1985*, New york, Norton. 1986.
- SASSEN, S. *Towards a Sociology of Information Technology*, in "Current Sociology", 50 (3), 2002, pp. 365-388.
- SANDOVAL, C. *New Sciences: Cyborg Feminism and the Methodology of the Oppressed*, in Hables Gray et al. (1995).
- SANDOVAL, C. *Revolutionary Force. Connecting Desire to Reality*, in Id., *Methodology of the Oppressed*, Minneapolis, University of Minnesota Press. 2000.
- SOLLFRANK, C. *Editorial*, in OBN e Sollfrank (1998).
- SOLLFRANK, C. *The Final Truth about Cyberfeminism*, in Oldenburg e Reiche (2002).
- STONE, A.R. *A proposito del corpo reale; storie di frontiera sulle culture virtuali* (1991), in M. Benedikt (a cura di), *Cyberspace. Primi passi nella realtà virtuale*, trad. it. Padova, Muzzio, 1993.
- STONE, A.R. *Desiderio e tecnologia. Il problema dell'identità nell'era di Internet* (1995), trad. it. Milano, Feltrinelli, 1997.
- TERRY, J. e CALVERT, M. *Machines/Lives*, in Id. (a cura di), *Processed Lives. Gender and Technology in the Everyday*, Londra-New york, Routledge. 1997.
- TERRANOVA, T. *Corpi nella rete: interfacce multiple, cyberfemminismo e agorà telematiche*, Genova, Costa & Nolan. 1996.
- TIMETO, F. *Culture della differenza. Femminismo, visualità e studi postcoloniali*, Torino, Utet. (2008a)
- TIMETO, F. *Arte femminista e nuove tecnologie: una prospettiva situata*, in Id. (2008b).
- TOLA, M. *Oltre il cyberfemminismo. Micropolitiche nella terra di mezzo*, in Demaria e Violi (2008).
- TURKLE, S. *La vita sullo schermo* (1995), trad. it. Milano, Apogeo, 1997.
- WAJCMAN, J. *TechnoFeminism*, Cambridge, Polity. 2004.
- WILDING, F. e Critical Art Ensemble (1997) *Note sulla condizione politica del cyberfemminismo* (1997), in Timeto (2008a).
- WILLIAMS, R. e EDGE, D. *The Social Shaping of Technology*, in «Research Policy», 25 (6), 1996, pp. 856-899.



DOSSIÊ

Federica Timeto

Ensina Sociologia das novas mídias na Accademia di Belle Arti de Palermo. Ocupa-se de teoria feminista, estudos de gênero e estudos culturais com particular atenção à estética e à visualidade no campo das novas mídias e do ciberfeminismo. Em 2008 organizou *Culture della differenza* (Utet), uma coletânea de ensaios sobre figuras da identidade de gênero na cultura visual contemporânea, e em 2015 publicou a monografia *Diffractive Technospaces* (Routledge), em que analisa as dinâmicas midiáticas dos tecnoespaços contemporâneos à luz do pensamento de Donna Haraway. Recentemente, a reflexão feminista sobre outros inadequados a levou a estudar mais profundamente os vínculos entre feminismo e antiespecismo. Faz parte do comitê de redação da revista "Studi Culturali".-